

Governo cria programa para sanear estados

Governadores que pagarem 20% da dívida mobiliária e ajustarem contas rolarão débitos com a União

Givaldo Barbosa/18-4-95

Rossana Alves e Maria Luiza Abbott

• **BRASÍLIA.** Depois de liberar R\$ 3,6 bilhões, preparar a captação de mais R\$ 2 bilhões no exterior para ajudar os governadores e de baixar uma medida provisória para socorrer os bancos estaduais, o Governo federal inicia um novo programa para tentar sanear as finanças dos estados. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, assina hoje com o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, um acordo de rolagem da dívida mobiliária estadual, que chega a R\$ 6 bilhões em títulos no mercado.

O programa, que deverá ser estendido aos demais estados, prevê que o Tesouro Nacional emitirá títulos com prazo de até 30 anos e correção pelo IGP-M mais juros de 6% ao ano, que serão entregues aos governadores. Os novos papéis substituirão os títulos estaduais, que têm juros maiores e prazos menores, comprometendo o equilíbrio das finanças estaduais. O acordo vem sendo negociado com os estados pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Para se ter uma idéia, só os juros da dívida gaúcha custam cerca de R\$ 40 milhões por mês, um quinto de tudo o que o estado produz. Se o governador Antônio Britto quisesse saldar o débito precisaria de toda a arrecadação tributária de dois anos.

Débitos com a CEF serão incluídos na negociação

Além da rolagem da dívida mobiliária, os governadores vão ser contemplados com a inclusão dos débitos feitos este ano com a Caixa Econômica Federal (CEF) no esquema da renegociação. Até junho, a CEF emprestou R\$ 2,5 bilhões a 18 estados para permitir o pagamento da folha de salários atrasados, a rolagem de dívidas de antecipação de receita com bancos e a execução dos programas de demissão voluntária.

Apesar do discurso de austeridade do Governo, os Estados que forem beneficiados com a renegociação não ficarão proibidos de contrair novos empréstimos, até mesmo com aval do Tesouro Nacional. O programa prevê que os Governos estaduais poderão comprometer até 20% da receita



PEDRO PARENTE, secretário-executivo do Ministério da Fazenda: negociações com os estados para rolar dívidas

líquida com o pagamento dos encargos e principal de todas as suas dívidas. Quem ficar abaixo do limite poderá se endividar novamente. No cálculo deste limite, serão incluídos também os pagamentos relativos à chamada dívida contratual com o Tesouro, que foi refinanciada em 1993.

— Os estados que estiverem ajustados, como o Ceará, por exemplo, têm margem para novos financiamentos para investimento e obras. Vamos fazer uma análise caso a caso — disse uma fonte da equipe econômica.

Na avaliação dos pedidos de rolagem, o Ministério da Fazenda vai fazer duas exigências: implementação de um programa de ajuste fiscal e o pagamento de pe-

lo menos 20% da dívida mobiliária em ativos, que podem ser empresas, bancos ou qualquer outro patrimônio do Estado.

O próximo estado a ter sua dívida equacionada será Minas Gerais. O governador Eduardo Azevedo praticamente fechou com a Fazenda o acordo para renegociar R\$ 11 bilhões em títulos e dívidas contratuais na última quarta-feira. Como parte do pagamento de 20% deste débito, Azevedo entregará ao BNDES o Credireal e o Bemge para serem privatizados. Com a rolagem, a despesa mensal de Minas com pagamento de dívidas deverá cair de R\$ 80 milhões para R\$ 55 milhões.

O governador do Rio, Marcello Alencar, que já pediu ao Ministé-

rio da Fazenda mais três meses de carência para começar a pagar o empréstimo de R\$ 180 milhões obtido no início do ano com a Caixa Econômica, está na fila da rolagem. O estado tem pressa para viabilizar o refinanciamento da dívida mobiliária de R\$ 5 bilhões, pois é condição para receber um empréstimo de R\$ 300 milhões do Banco Mundial.

O BNDES já dispõe de uma linha de R\$ 1,3 bilhão para auxiliar os governadores na privatização ou pulverização das ações das companhias estaduais de energia elétrica e telecomunicação. O banco antecipa os recursos aos estados, que pagam o empréstimo com parte do produto da venda. Até o momento, o BNDES já

concedeu R\$ 1,1 bilhão em empréstimos, dos quais R\$ 442,7 milhões para a Cemig (Minas), R\$ 136,4 milhões para a Copel (Paraná), R\$ 126,6 milhões para a Coelba (Bahia), R\$ 244,4 milhões para a Cerj (Rio) e R\$ 150 milhões para a CRT (Rio Grande do Sul). Segundo o vice-presidente do BNDES, Pio Borges, os empréstimos começam a ser pagos em novembro, com a privatização da Cerj e da CRT. No caso da Cemig e da Copel não haverá privatização.

O Tesouro ainda não sabe quanto vai gastar para socorrer os bancos estaduais em dificuldades. Mas somente a dívida dos Governos estaduais para com seus respectivos bancos chega a R\$ 22,4 bilhões. ■

AS FACILIDADES PARA OS ESTADOS

• **SALÁRIOS E DÍVIDAS:** Empréstimos de R\$ 2,5 bilhões a 18 estados, para pagamento de salários atrasados, rolagem de dívidas com bancos e programas de demissão voluntária.

• **PRIVATIZAÇÃO:** Empréstimos de R\$ 1,3 bilhão do BNDES a título de antecipação de receita na futura privatização de empresas estaduais de energia elétrica e telecomunicações. Até agora, já foi emprestado R\$ 1,1 bilhão para Cemig, Copel, Coelba, Cerj e CRT.

• **CAPTAÇÃO EXTERNA:** O Tesouro quer captar R\$ 2 bilhões no exterior e junto ao Bird para programas específicos de saneamento das contas estaduais.

• **REFINANCIAMENTO:** O Tesouro deve refinarçar a dívida em títulos por um prazo de até 30 anos, com correção mais juros de 6% ao ano. Os estados terão que dar em troca pelo menos 20% do valor do débito em ativos, entre os quais empresas estaduais.